

Entrevista António Filipe

Partido Comunista Português

Data: 17/02/2017

Relação entre deputados e eleitores (Constituency service)

Como é a prática de contacto entre deputados e cidadãos no que diz respeito ao círculo eleitoral?

É uma prática seguida e procurando que seja uma relação de facto próxima e intensa que passa por manter muitas reuniões com instituições no círculo eleitoral, deslocando-se o deputado eleito ao círculo com frequência. E também fazendo algum acompanhamento de círculos onde não temos deputados eleitos. Fazemos uma distribuição pelos deputados do grupo parlamentar o acompanhamento desses distritos. No meu caso sou eleito por Santarém, mas acompanho as regiões autónomas onde não temos deputados eleitos. Naturalmente, o acompanhamento é mais próximo onde temos deputados eleitos.

Instrumentos utilizados:

Há visitas que são feitas por iniciativa nossa a instituições, serviços públicos e outras instituições há um acompanhamento de aceitação de convites que nos são feitos. (ex. aniversário de bombeiros de tomar). Acontece com alguma frequência sermos convidados para eventos de instituições do círculo eleitoral. É preciso fazer alguma seleção, mas procuramos corresponder na medida do possível. Temos também o acompanhamento de questões solicitadas por correspondência dirigida ao GP e ao deputado. E iniciativas de interesse específico para o círculo. (ex. sobre escola de Rio Maior). Procura de conhecimento direto das realidades, procurar traduzir em iniciativas parlamentares.

Há uma reciprocidade, dos dois lados.

Sim.

Durante os últimos cinco anos, da crise, tem havido mais contacto?

Não se nota na frequência, pode se notar de facto é na intensidade das preocupações. Nestes anos de acentuação da crise houve áreas designadamente da saúde em que se sentiu mais. Também de empresas a encerrar, despedimentos coletivos. Há determinadas situações que se agudizam com a acentuação da crise e isso traduz-se. Mas, não que signifique maior frequência de contactos, isso já existia antes e manteve-se.

O que significam estes contactos, em que se traduzem, por exemplo em termos de produção legislativa...?

Em termos de produção legislativa é relativo, são raras as situações em que a intervenção legislativa incide sobre uma questão pontual, onde a atividade de círculo se projeta mais é em projetos de resolução - que incidem sobre problemas específicos dos círculos eleitorais (ex. sobre encostas de Santarém). Em atividades de perguntas ao governo também, normalmente traduz-se em perguntas ao governo sobre situações concretas e específicas. Noutros casos ajudam também a dar exemplos concretos para situações que devem ter uma resposta

legislativa não necessariamente de âmbito regional. Agora estamos a fazer várias ações no âmbito da precariedade laboral e recolhemos informação a nível regional em regiões com sindicatos. A iniciativa terá âmbito nacional, mas há uma preocupação de recolher informação a nível de cada distrito.

Campanha eleitoral

A aproximação dos períodos eleitorais implica uma atuação de tipo diferente. Nos momentos eleitorais traduz-se mais num apelo ao voto, uma tentativa de valorizar o que foi feito para mobilizar para o voto.

Procura-se que essa atividade se realize não apenas em momentos eleitorais, mas em momentos eleitorais procura-se valorizar.

Há um acompanhamento regular e depois uma intensificação durante o período eleitoral?

Sim, mas de certa forma relativamente diferente. A atividade de campanha é uma atividade de natureza diferente e de contacto com as pessoas, mas já com outra perspetiva: de apelo ao voto. Os momentos de campanha eleitoral acabam por ter uma natureza diferente.

E a nível de recrutamento interno isso é um critério importante?

Não tanto. Há normalmente algum envolvimento dos deputados também na campanha naturalmente que em eleições legislativas se os deputados se recandidatarem participam na campanha procurando valorizar aquilo que fizeram. Por vezes mesmo que não se candidatem acabam por ter na maior parte dos casos alguma intervenção na campanha eleitoral. Em termos de participação de deputados em campanhas autárquicas depende. Se forem candidatos, acontece que os deputados também possam ser candidatos em autarquias. Não foi o meu caso, mas não significa que não tenha alguma participação junto dos candidatos autárquicos.

O uso das novas tecnologias tem alterado a forma de contacto?

Eu diria que acresce.

Não substitui os meios tradicionais?

Há aspetos em que parcialmente vai substituindo. Hoje recebemos menos correspondência tradicional. Neste momento o email é a forma tradicional de contacto. Às vezes é cumulativo. Mas o email tem vindo a substituir. Há outras formas que vão crescendo, por exemplo, as redes sociais. Não substitui, mas cresce, sobretudo enquanto elemento de divulgação de iniciativas e gera sempre alguma possibilidade de contacto. Alguns casos esporádicos de pessoas que contactam via Facebook. A forma preferencial de contacto dos eleitores é o email do deputado ou do grupo parlamentar ou até da própria AR.

Dentro de associações e grupos organizados, quais são os sectores com que há mais relações?

Sindicatos, grande parte dos contactos que são feitos é com os sindicatos. Autarquias. Grupos mais ou menos organizados de intervenção cívica, nomeadamente comissões de utentes, da saúde, organizações de defesa de ambiente. Quase todos os concelhos têm organizações de utentes de saúde que são muito ativas no contacto. Depois outras associações mais específicas: associações de bombeiros, IPSS com problemas específicos que contactam os deputados e GP. Sendo que há depois também uma vertente de intervenção sectorial normalmente para além

do círculo parlamentar os deputados estabelecem relações com a área sectorial em que se especializam.

Portanto tem também a ver com a comissão a que pertencem?

Exatamente. eu por exemplo tenho a área da justiça e tenho um contacto com sindicatos da área da justiça que é a nível nacional, não só regional.

Como é feita a distribuição pelas comissões parlamentares?

É feita normalmente tendo em conta a formação académica ou inserção profissional prévia e as necessidades dos grupos parlamentares. Também a área política em que os deputados têm vindo a intervir mais. Num grupo parlamentar com menos elementos, por vezes pode levar a que alguém que não tem experiência numa área tenha que a ganhar.

Voltando a sociedade civil, houve uma mudança por causa do contexto da crise, nos sectores que se mobilizam mais, nomeadamente nos sindicatos, ou houve uma continuidade?

No essencial houve uma continuidade. Há uma consolidação dos atores. Por vezes surgem epifenómenos, grupos de pessoas que se autclamam representantes, mas que depois são iniciativas muito efémeras.

Qual a importância deste contacto, em termos de elaboração de política, ações de mobilização...

Essas instituições tem um efeito que é de influenciar, procuram influenciar o deputado. E a sua capacidade de mobilização também potencia a capacidade de influenciar o deputado. Se aparecer uma petição com 100 mil assinaturas mesmo quem discorda dela não pode deixar de considerar que está perante uma petição com grande impacto social. Na consideração que é dada à petição isso pesa.

Por exemplo, neste momento, o PCP está muito centrado em torno dos temas da precariedade, os sindicatos também. Naturalmente os sindicatos que são influenciados por membros do PCP procuram também lançar este tema. Isso depois gera alguma convergência. O partido apoia as iniciativas da sociedade civil sobre esta matéria e o GP procura responder a essa solicitação. Há uma conjugação de esforços.

Sendo que por vezes há iniciativas em que não há um envolvimento partidário direto, mas que a iniciativa é considerada relevante e recebe o apoio dos grupos parlamentares.

No meu distrito houve um grupo de cidadãos que se mobilizaram contra uma descarga poluente procurei ir lá visitar, inteirar-me do assunto, criei uma relação com aquelas pessoas que não conhecia e dar apoio a iniciativa.

As estruturas locais do partido também podem intervir?

No nosso caso procuramos que se envolvam sim.

Podem iniciar também algum contacto ou sinalizar alguns problemas?

Sim, aliás temos uma prática que o deputado intervenha com alguém da estrutura local que possa depois acompanhar o problema.

Há uma prática de organizar conferências ou encontros mais abertos juntos?

Acontece, sobretudo audições públicas no distrito. Tenho feita várias nos últimos anos, a última sobre acessibilidade em Rio Maior. Já temos feitos sobre problemas laborais. Saúde. Temos essa prática de fazer iniciativas públicas abertas.

Qual é em geral a fonte das perguntas ao governo: programa, questões locais?

Maioritariamente nas questões locais que nos chegam por várias formas ou por informação que nos é enviada diretamente por cidadãos ou organizações, sindicatos, ou por via partidária, pela imprensa local.

É uma iniciativa mais individual?

É, às vezes junta-se mais que um deputado, dois, três, em função da relação que tenham com o problema, mas normalmente é uma iniciativa individual sim.

Muitas perguntas são assinadas por vários deputados, qual é a lógica?

Imaginemos se dois deputados fazem uma visita a uma instituição, tem lógica que assinem ambos. Tem que ver com o deputado que acompanha diretamente a questão em causa. Se for do meu círculo eleitoral sou eu o responsável. Se for de uma área sectorial que há um deputado que acompanha essa área esse deputado é envolvido também. Se eu quiser fazer uma pergunta sobre a esquadra de polícia de Torres Novas. Eu elaboro a pergunta enquanto deputado do círculo eleitoral, mas peço também ao deputado que tem a área da polícia, administração interna, que possa subscrever comigo. Há uma conjugação local e sectorial.

É raro ser assinada só por um deputado então?

Não é raro, acontece muito.

É o deputado responsável que elabora a pergunta?

Sim.

Os novos deputados têm alguma dificuldade em fazer perguntas?

Acho que mesmo os novos deputados têm muita iniciativa nessa área. Não é difícil entrarem na lógica, pode-se tomar com relativa facilidade. Todos os deputados utilizam, mesmo os que estão cá há pouco tempo.

Há alguma articulação dentro do GP?

No caso de um grupo como o PCP há uma articulação, se vou fazer uma pergunta consulto o deputado da área. Imagino que nos grupos maiores não seja uma coordenação tão fácil e possa haver deputados a fazer perguntas muito parecidas. No nosso caso é relativamente fácil fazer essa articulação.

Há diferenças entre um grande partido e pequeno em termos do número de perguntas feitas por um deputado?

Tem de ver com o tipo de prática de funções que são desempenhadas. Pode haver aí diferenças entre os grupos maiores e mais pequenos. Tem de ver com a distribuição de funções partidárias. Deputados que dão atenção maior ao círculo eleitoral, é um tipo de intervenção que suscita mais perguntas. Depois há deputados que privilegiam mais uma intervenção sectorial. Embora

nos grupos mais pequenos as duas coisas têm que se conjugar. Os únicos deputados que não têm uma ligação específica provavelmente são os líderes. O líder não tem uma atividade de círculo eleitoral, as pessoas nem pensam nele como deputado de círculo, mas como líder partidário de nível nacional.

No caso português temos círculos muito diferentes. Há algum impacto também na atividade parlamentar e no tipo de perguntas?

Sim. Isso nota-se. O círculo de Lisboa funciona quase como um círculo nacional. Noto uma diferença grande entre Lisboa e Santarém. O círculo de Santarém valoriza mais os seus deputados. Embora o trabalho de círculo também exista em Lisboa. Nos partidos maiores nota-se até alguma especialização geográfica dentro do próprio círculo. (...)

Mostrar mais atividade pode ser importante a nível interno, a nível de recandidaturas?

Em todos os partidos há uma natural renovação. Há processos diferentes. Várias tendências que disputam liderança de partidos. O facto de haver mudança de liderança implica uma certa mudança de pessoal político, isso nota-se. Não é assim necessariamente em todos os partidos. Mas, é evidente que a boa prestação - tanto nas autarquias locais como no parlamento - é um elemento que pode aconselhar a recandidatura. Isso é uma avaliação que o próprio partido faz. Se tiver a motivação de querer continuar, naturalmente ter tido uma boa prestação é um elemento que normalmente os partidos não deixam de ter em conta.

Em termos de temas, nas perguntas acha que tem havido alguma alteração, nomeadamente ligados à austeridade?

Os temas têm a ver com a agenda política com aquilo que é mais relevante em cada momento.

Tem a ver com a conjuntura?

sim

Nos debates quinzenais com o PM, há coordenação dentro do partido?

Isso é uma questão mais centralizada, em regra, como quem intervém é o líder partidário. Que tem que ver com a apreciação que se faz sobre quais são os temas mais relevantes em cada debate, porque se considera que naquele momento preocupa mais as pessoas. Por vezes há alguma consulta ou algum apoio por parte de deputados que acompanhem particularmente qualquer questão. Se há uma questão relacionada com a saúde, o líder partidário procura fundamentar a sua intervenção com alguém especializado na área. Mas a opção sobre os temas é mais centralizada na liderança.

Dentro dos instrumentos que falamos qual o mais eficaz para influenciar a agenda?

O debate quinzenal. Interpeção ao governo, tem peso, são poderosas para marcar posição sobre um tema; agendamento de iniciativas legislativas que tenham possibilidade de vir a ser aprovados. E depois uma arma de artilharia pesada, o inquérito parlamentar: permite que durante meses uma questão se mantenha viva na agenda.